

**ATA DA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente no Plenário da Assembleia Legislativa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Nonagésima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Onze da Nonagésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 29 a 30/2025, de autoria do Poder Executivo; Ofício nº 624/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 116/2025, da Prefeitura Municipal de Brasilândia; Ofício nº 251/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Aparecida do Taboado. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Antonio Vaz, Paulo Duarte, Pedro Kemp, Caravina, Mara Caseiro, Zé Texeira, Lucas de Lima e Gleice Jane. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gerson Claro, Junior Mochi, Jamilson Name e Paulo Corrêa. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra o deputado Pedrossian Neto. ORDEM DO DIA - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 58/2025, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Resolução nº 86/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Resolução nº 62/2025, de autoria do deputado Professor Rinaldo; Projeto de Resolução nº 50/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro, com voto contrário da deputada Gleice Jane; Projeto de Resolução nº 61/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Resolução nº 65/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Resolução nº 72/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp; Projeto de Resolução nº 76/2025, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Resolução nº 80/2025, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Resolução nº 85/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 237/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 197/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 41/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Lei nº 244/2025, de autoria do Ministério Público. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições:*

requerimentos de moções de pesar, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçadas aos familiares de Manoel Eduardo Abreu e Luciano Serafim da Silva; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada ao Hospital Moriah, pelo excelente trabalho prestado, pautado na competência, dedicação, profissionalismo e compromisso com a vida humana; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à equipe de policiais militares da 10ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM), composta pela sargento Rosana, sargento E. Macedo, soldado Kaio e soldado Casanova, em reconhecimento ao ato de bravura, empatia e sensibilidade demonstrado durante o atendimento de ocorrência no bairro Jardim Tarumã, em Campo Grande, no dia 2 de outubro de 2025, ocasião em que salvaram a vida de um jovem em situação de risco; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à Zanir Furtado, que, com sua grife de bolsas, foi destaque no Paris Fashion Week Primavera/Verão 2025, apresentando modelos inspirados na cultura, fauna e paisagens do Pantanal; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada às alunas Helena Bittar Nobre e Letícia Aguilar Leite de Oliveira, do 9º ano do ensino fundamental da Escola Sesc Horto, bem como aos professores Adilson Rodrigues da Silva e Emilyn de Oliveira Souza, pela brilhante participação na Feira de Ciências e Tecnologia de Campo Grande (Fecintec), promovida pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), realizada entre os dias 1º e 4 de outubro de 2025; requerimento de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Lia Nogueira e Zeca do PT; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Gleice Jane, Jamilson Name, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Mara Caseiro, Caravina e Pedro Kemp.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Usou da palavra a deputada Mara Caseiro. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, nove de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de outubro de 2025: Mensagem nº 32/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro do ano de 2026 (Prot. nº 03977/2025); Ofícios nºs 581, 629 e 633/2025, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo indicações e requerimento dos deputados Pedro Kemp e Gleice Jane (Prot. nºs 2756/205, 3090/205, 3119/2025); Ofício nº 40.631/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 3642/2025); Ofícios nºs 1.401, 1.449, 1.452, 1.479, 1.480, 1.490, 1.538 a 1.540, 1.574, 1.597, 1.601, 1.603, 1.606, 1.608 e 1.609/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi, Coronel David, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Pedrossian Neto, Marcio Fernandes, Jamilson Name, Pedro Kemp, João Henrique e Antonio Vaz (Prot. nºs 2658, 604, 2532, 1319, 466, 2607, 2674, 2032, 2828, 1656, 1655, 2724, 2855, 700, 2693, 2646, 2762, 614, 781, 784, 1300, 2156/2025); Ofício nº 2.324/2025, da Agência Municipal

de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 523/2025); Processo nº 038127/2025, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 2464/2025); Carta nº 0107/2025, da Motiva Pantanal, respondendo à indicação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 3272/2025); Ofício nº 177/2025, da Prefeitura Municipal de Sonora, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3549/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar duas moções. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos amigos e familiares da professora Maria Lucia Torrecilha, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 8 de outubro de 2025. Professora da UFMS há 14 anos, Maria Lucia Torrecilha graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pelas Faculdades Integradas Silva e Souza Educacional, em 1980. Maria Lucia foi mestre em Planejamento Urbano pela FAU/USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) e doutora em Geografia Humana pela USP (Universidade de São Paulo). Ao longo da carreira, foi professora de universidades particulares de Campo Grande, além de ter atuado como servidora na Prefeitura de Campo Grande, na Planurb (Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano); e na Emha (Agência Municipal de Habitação). Maria Lucia também foi atuante na esfera política, colaborando com a elaboração de programas de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), sempre pautada por ideais de justiça social, equidade e participação popular. Sua atuação foi fundamental para o avanço de políticas públicas voltadas ao planejamento urbano mais democrático e sustentável. Autora de importantes obras acadêmicas, Maria Lucia sempre pontuou que esta produção pudesse servir de “parâmetro para podermos ter uma sociedade mais humana representada em nossos projetos”, tentando mostrar aos seus alunos “como esta abordagem poderá contribuir para termos soluções de qualidade e mais justas ao nosso viver”. Esta Casa de Leis roga que os familiares e amigos encontrem conforto neste momento de dor, reiterando a admiração e gratidão por tudo o que Maria Lucia Torrecilha representou e continuará representando para nossa sociedade. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Associação MiAdote, em nome de sua presidente, senhora Marcia Altafini, pela relevante atuação em prol da proteção, cuidado e adoção de animais de rua, abandonados e vítimas de maus-tratos no município de Coxim. A MiAdote desenvolve um trabalho de extrema importância social e ambiental, pautado na defesa da vida e no bem-estar animal, oferecendo tratamento veterinário, alimentação, abrigo e castração aos animais resgatados, além de atuar de forma integrada com a comunidade, promovendo campanhas e eventos de adoção responsável, sensibilizando a população e aproximando famílias dispostas a oferecer um lar acolhedor aos animais resgatados. Diante do compromisso, dedicação e impacto positivo que a MiAdote tem gerado na proteção dos

animais no município de Coxim, esta Casa de Leis expressa seu reconhecimento pela nobre missão desempenhada. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero pedir licença para fazer daqui mesmo uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar, por iniciativa do deputado Londres Machado e do deputado Gerson Claro, aos familiares e amigos da senhora Terezinha Vanderlei Bernardo, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 13 de outubro de 2025. "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por iniciativa dos deputados Londres e Gerson, lamenta com profundo pesar o falecimento da senhora Terezinha Vanderlei Bernardo, manifestando nossos pêsames em nome do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, prestando toda a nossa solidariedade aos familiares e amigos de Terezinha Vanderlei Bernardo." Era o que eu tinha. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos aqui presentes! Eu vim apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à fundadora do site Capital do Pantanal, senhora Sylma Lima, em razão do vigésimo segundo aniversário do site, que será comemorado no dia 23 de outubro de 2025, em Corumbá. Justificativa anexa, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para indicação de duas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da concessionária Energisa, senhor Paulo Roberto dos Santos, solicitando, urgentemente, a elaboração de estudo, visando a um projeto técnico para modernização da rede de energia elétrica na zona rural de Iguatemi, especialmente nas redes próximas aos assentamentos da reforma agrária daquele município. Pedido enviado pelo vereador da Câmara Municipal de Iguatemi, senhor Gildo Benites Rodrigues. Senhor presidente, é importantíssimo ponderar, com relação a essa indicação, que o problema da queda de energia na área rural, em particular nos assentamentos, não é um problema do município de Iguatemi; é generalizado no estado. E, na medida em que trabalhamos no sentido da implantação de agroindústrias familiares nos assentamentos, na agricultura familiar, é fundamental que se recupere a capacidade energética de Mato Grosso do Sul. Algum tempo atrás, conversando com Sua Excelência, o governador, ele reportou que estava elaborando um acordo com a Energisa, na ordem de 180 milhões de reais, presumo que com a participação do Ministério de Minas e Energia, para fazer a recuperação geral de energia em Mato Grosso do Sul, na área rural, particularmente na área dos assentamentos rurais. Portanto, além de apresentar essa indicação, seria importante esta Casa promover um debate. Eu penso que a partir de

amanhã é possível isso na Comissão Permanente Agricultura Familiar, a ver com os assentamentos. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso à PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, pelas ações de combate à fraude fiscal, recuperando 60 bilhões de reais para serem usados em políticas públicas, como educação, saúde, assistência social e habitação popular. Vale registrar que o presidente Lula, antes de ontem, assinou o decreto autorizando também no programa Minha Casa Minha Vida financiamento, através da Caixa Econômica Federal, aos chamados setores médios, financiamento de habitação até a faixa de aproximadamente dois milhões e meio de reais. Mais uma vez, está de parabéns o governo do presidente Lula, inclusive com esta iniciativa de fazer, através da PGFN, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ações de combate a fraudes, tão costumeiras em setores da elite do Brasil. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, só para lembrar: amanhã, a partir das 14 horas, estaremos realizando no Plenarinho desta Casa, a reunião da Comissão Permanente da Agricultura Familiar, com os superintendentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, com gerentes-gerais das cooperativas, os estabelecimentos bancários aqui do estado que são autorizados a trabalhar com crédito do Pronaf - Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar. Diariamente, senhor presidente, eu recebo reclamações, de todas as regiões do estado, de que companheiros nossos, assentados, que procuram agências bancárias autorizadas a negociar crédito financiamento da agricultura familiar, são subestimados, são destratados, são desrespeitados, numa demonstração clara de preconceito social. Eu vou dizer aos superintendentes que nós temos que chegar a um entendimento, sob pena de, como presidente da comissão, incentivar aqueles que se sentirem injuriados, desprezados, por comportamento de preconceito de quem quer que seja, possam através da Justiça reclamar e reconsiderar os atos equivocados que infelizmente se cometem neste estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, conte com meu apoio nesse caso. Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Vou permitir, em tempo, que Vossa Excelência faça uso do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu quero fazer duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, distribuidora de energia S/A, solicitando a implantação de rede elétrica trifásica no assentamento Vale Verde, localizado no município de Jaraguari. A presente solicitação tem como fundamento a necessidade

urgente e inadiável dos moradores do assentamento Vale Verde, que hoje enfrentam sérias limitações decorrentes da insuficiência da rede monofásica existente. A falta de energia trifásica impede o funcionamento pleno de equipamentos e maquinários essenciais para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, especialmente aqueles voltados à irrigação, à ordenha, à refrigeração e ao beneficiamento da produção rural. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor da Agesul, solicitando estudos técnicos, visando à execução do recapeamento asfáltico da MS-141, no trecho compreendido entre o município de Angélica e Ivinhema, cujo percurso abrange, aproximadamente, dezenove quilômetros. Essa indicação tem como base a necessidade urgente de preservar a qualidade e a segurança da malha viária estadual, garantindo o bom funcionamento do trânsito e facilitando a circulação tanto nas áreas urbanas quanto rurais. A rodovia MS-141 é fundamental para conectar as importantes regiões econômicas e sociais do estado, servindo como via essencial para o transporte da produção agroindustrial e para que a população tenha acesso a serviços básicos como saúde, educação e segurança. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel; ao diretor da Agesul senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos para realização da Operação Tapa-Buraco no trecho da rodovia MS-145, especificamente no KM 81, no município de Glória de Dourados. Tal solicitação se fundamenta no agravamento significativo das condições do pavimento na localidade, que vem apresentando diversas deformações, buracos e trincas, comprometendo severamente a segurança viária. Essa deficiência dificulta a fluidez do tráfego, causando lentidão e aumento do risco de acidentes, sobretudo para veículos de pequeno porte e motociclistas mais vulneráveis às irregularidades da pista. Além disso, a precariedade do trecho ocasionará danos frequentes aos veículos que trafegam pela via, elevando os custos de manutenção e trazendo prejuízos aos cidadãos e ao transporte de cargas. Com a devida justificativa anexa. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Tenho aqui uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Sindicato Rural de Nova Andradina, representado pelo presidente Marcus Vinícius Godoy Garcia Júnior, pela realização da 40ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial (Exponan), realizada durante os dias 10, 11 e 12 de outubro de 2025, na cidade de Nova Andradina. Com uma programação diversificada, que incluiu shows, rodeios e exposições de maquinários agrícolas, a Exponan 2025 foi um grande sucesso, reafirmando Nova Andradina como um dos polos de referência do

agronegócio sul-mato-grossense. Posto isto, espera-se a aprovação, sendo que a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias outorgar moção de congratulação para o Sindicato Rural de Nova Andradina, representado pelo presidente Marcus Vinícius Godoy Garcia Júnior, pela realização da 40ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial (Exponan), realizada durante os dias 10, 11 e 12 de outubro de 2025 na cidade de Nova Andradina". Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 03973/2025). De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 04001/2025, 03987/2025); um projeto de lei (Prot. nº 04000/2025). De autoria do deputado Caravina: quatro indicações (Prot. nºs 3995/2025, 3972/2025, 3971/2025, 3970/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03994/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 03976/2025); dois requerimentos (Prot. nºs 3975/2025, 3974/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma indicação (Prot. nº 3999/2025); um projeto de lei (Prot. nº 03998/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 3988/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de congratulação (Prot. nº 4003/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 4002/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 3996/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 03997/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: oito moções de congratulação (Prot. nºs 03979/2025, 3980/2025, 3981/2025, 03982/2025, 3983/2025, 03984/2025, 3985/2025, 03986/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 3978/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 03992/2025, 03991/2025, 03990/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas moções de aplauso (Prot. nºs 04005/2025, 04004/2025).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Neno Razuk. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Eu solicito ao deputado Pedro Kemp que assuma a presidência, porque eu vou fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhores deputados, senhoras deputadas, eu venho a esta tribuna hoje para falar sobre a Cassems, o melhor plano de saúde do Brasil, vou arriscar. Tem gente que, de repente, não está ciente

do que está acontecendo e está sendo insuflado por algumas pessoas que efetivamente trabalham contra a saúde. Para ser bem claro, a Cassems é o melhor plano de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul. Quando era Previsul, foi feita uma grande articulação política pelo então governador Zeca do PT, que o transformou em um plano de saúde pelo qual todos os funcionários da rede estadual, todos os funcionários, são prontamente atendidos, com 80% de satisfação em pesquisa de atendimento, com exceção de alguns funcionários que aqui estão, o que é normal; de certo são os 20% que acham que estão sendo maltratados. Mas eu entendo que os dados que estão publicados são oficiais. E, se tem alguém aqui falando de modo diferente, é bom cuidar do negócio dos chineses, porque senão a gente vai ter que abrir aqui o negócio dos chineses. Tem gente querendo falar que vendeu perninha de frango para chinês, mas não entregou. Então, vamos elevar o nível aqui para o nível que a gente pode conversar. A Cassems é o melhor plano de saúde do Estado de Mato Grosso do Sul. Certeza. É a melhor rede hospitalar e oferece o melhor atendimento. Eu discordo de pessoas que estão aqui para fazer uma discussão simplesmente política, pois eu estou fazendo uma discussão técnica. Então, eu não aceito o 'linchamento' do presidente da Cassems; um linchamento moral, bancado por essas pessoas que aqui estão. Se vocês pensam de um jeito, eu penso de outro. Vocês me respeitam, e eu respeito vocês, e por aí vai... Nós temos que registrar aqui o que é real, ou seja, a pesquisa de satisfação. É a melhor rede hospitalar, o melhor atendimento, a melhor rede de assistência médica do Estado de Mato Grosso do Sul, longe do segundo lugar. Deixo registrado, deputado Zeca do PT, pois entendo que vários servidores de instituições do estado participam como segurados da Cassems e, lógico, que não há 100% de satisfação, já que 100% é muito difícil. Quando as pessoas tiverem o tempo para falar aqui em Plenário, vão falar. Mas eu também tenho direito de falar e defender o que eu acho que é real: a Cassems é um super hospital, uma rede hospitalar muito boa e um plano de saúde que merece respeito. Linchamento moral tem que ser feito a partir do momento em que a instituição não estiver prestando um bom serviço e, então, nós nos ombreamos. Mas, até então, há alguns poucos descontentes, e nós temos que verificar quem está liderando o processo. São pessoas que têm ficha corrida que estão falando aqui da Cassems. É importante a gente saber o que está acontecendo.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — O senhor me concede um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Concedo.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Paulo Corrêa, agradeço a referência que faz a minha pessoa, ao nosso governo, que foi preocupado com a saúde dos servidores públicos do estado. Por volta do ano 2000, um ano depois de termos assumido o governo, nós tomamos a iniciativa de extinguir o Previsul e criar a Cassems. O Previsul não prestava nenhum atendimento para o servidor público. Minha mulher é professora. Olha, era vergonhoso quando se chegava ao laboratório ou a uma clínica, e estava escrito: "Não atendemos pelo Previsul". Isso porque não pagava. Criamos a Cassems, que hoje conta com dez hospitais. Outros estados, por meio de representação, vêm visitar a Cassems

para conhecer o serviço de excelência que ela presta. Peço licença para comentar sobre um fato ocorrido. Ontem, coincidentemente, minha filha mais velha estava internada. [Conversas paralelas no Plenário] ...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Eu quero pedir silêncio aqui no Plenário, para que os deputados possam debater este assunto. OK. Só um minutinho. Depois vocês terão o direito de fala.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Coincidentemente, a minha filha mais velha está internada na Cassems desde sexta-feira; e eu fui visitá-la, eu e Gilda, com quem comentei: "Me impressiona a qualidade do serviço que a Cassems presta hoje.". Em segundo lugar, por coincidência, hoje de manhã eu recebi no meu gabinete o doutor Guilherme, da equipe do cirurgião Marcelo Jatene, que opera cardiopatias em crianças em São Paulo e está vindo para Mato Grosso do Sul para implantar na Cassems um serviço de cirurgia em crianças recém-nascidas com problemas genéticos de cardiopatia. Tamanha é a dimensão disso, pelos dados que demonstrou o doutor Guilherme, pois, aproximadamente, 350 crianças nascem por ano com problema de cardiopatia e precisam, muitas vezes, de modo urgente, fazer a cirurgia. Segunda-feira que vem, estou indo, à noite, a Brasília. Na terça-feira, com a deputada Camila e com o deputado Vander, vamos conversar com o ministro da Saúde para ver se garantimos com eles um recurso de 1 milhão de reais, no mínimo, por ano, ou até 2 milhões por ano para a Cassems para implantar o serviço de cirurgia em crianças recém-nascidas com problema da cardiopatia. Portanto, a instituição pode ter defeito, pois todo mundo tem; pode ter falhas, pois todo mundo tem. Respeito o posicionamento, mas tem que se reconhecer que o papel que cumpre a Cassems hoje na vida do servidor público me deixa, como ex-governador, deveras feliz e contente em saber que os servidores são tratados com respeito. Obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Eu gostaria de incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento, deputado Zeca do PT. Eu não vi em nenhum lugar que o servidor público é obrigado a ser segurado da Cassems. O senhor viu isso, deputado Zeca? Há 80% satisfeitos, e há esses 20% que não estão. Ué, então saiam da Cassems! Vão para outro plano! Qual o problema? Ficar bodejando e não querer um plano de saúde que funciona é meio estranho. É muito simples o seguinte: quem não está feliz, quem não está contente, a porta de saída é a serventia da casa. É assim que eu aprendi. E acho que a gente tem que selecionar mais, senhor deputado Zeca do PT. Inclusive, eu vou pedir que quem estiver descontente, aguarde o momento de falar. [Falas no auditório] ... Com educação, nós vamos a um monte de lugares. Eu também sei ser sem educação. Mas eu gostaria de saber, deputado Zeca do PT, se as pessoas que vêm aqui estão sendo pesquisadas para falar e se têm condição de falar em nome de quem quer que seja. É importante a gente verificar a ficha, a ficha policial da pessoa, como essa pessoa é, porque ela vai chegar aqui e fazer um enfrentamento ideológico que não condiz com a qualidade da pessoa do ponto de vista moral. Então, eu vim fazer esse pronunciamento para deixar registrado que a Assembleia, o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Poder Executivo têm no plano de saúde da Cassems — um plano

de excelência. Agora, quem não está contente com isso, é importante fazer essa reflexão, pois existem outros planos de saúde, como, por exemplo, a Unimed. É só aderir a outro plano de saúde e fazer o desconto para aquele plano. É simples! Mas eu entendo que, em todo lugar, inclusive dentro da sua própria casa, deputado Zeca do PT, tem oposição; não é todo mundo pensando do mesmo jeito, senão o que é isso? Todo mundo pensar do mesmo jeito? Mas, conseguir 80% de satisfação? Tem que ser muito competente! Esse Ricardo Ayache é o cara! Quem está xingando o Ricardo Ayache tem que demonstrar altitude moral para falar de um médico tão competente quanto ele, que está prestando um excelente serviço e que é efetivamente um fenômeno, porque é um médico que consegue fazer uma excelente administração hospitalar. Deputado Zeca, Vossa Excelência, que teve a Secretaria de Saúde na mão, sabe como é um médico bom administrador. O Ricardo Ayache conseguiu 80% de bom e ótimo de satisfação na pesquisa, calando a boca de um monte de gente. E eu vim aqui deixar isto registrado: estou vendo um linchamento moral acontecendo e, efetivamente, quem está falando sobre isso não tem o mínimo de estatura moral para falar. E gostaria de dizer também: o melhor hospital de Campo Grande é o hospital da Cassems, longe do segundo lugar. E aqui nós temos hospitais da rede pública, temos hospitais da rede privada, e é a mesma coisa em outros municípios do estado. Nunca tivemos isso, deputado Zeca do PT, nunca. Desde a hora em que o senhor criou a Cassems, ela vem funcionando. Se não fosse a Cassems no período da Covid, deputado Professor Reinaldo, nós não tínhamos resistido, porque o Estado não tinha condições de enfrentar a Covid sem o Hospital da Cassems. Inclusive, ela ajudou o Governo naquele momento difícil. Depois disso, para quem não sabe e fica cutucando, nós aprovamos a devolução dos gastos, mas ainda falta. A Cassems, hoje, é referência de saúde em Mato Grosso do Sul. Quem estiver falando o contrário, não entende o que está falando. Isso precisa ficar bem claro para a população. Por isso, vim aqui hoje para defender o trabalho do Ricardo Ayache, para defender a Cassems como melhor plano de saúde de Mato Grosso do Sul. E se alguém discorda do que eu estou dizendo, o caminho é a Justiça. A gente fica ouvindo toda vez a mesma coisa, sobre o mesmo assunto, e não há prova, absolutamente nenhuma. Então, acho importante enfrentarmos essa questão para mudarmos essa página, dizendo o seguinte: a Cassems tem o respeito dos Poderes constituídos do Estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente e colegas deputados, hoje é um dia importante para a democracia, em especial para mobilização dos servidores públicos que vieram solicitar a palavra, e que tiveram seu requerimento aprovado por esta Casa por unanimidade. Apesar de o orador que me antecedeu aqui talvez não ter prestado atenção no requerimento que foi aprovado, ocasião em que ele deveria ter feito oposição e trazido algum fato desabonador, não o fez para expressar a negativa e propor o impedimento a quem quer que fosse usar a tribuna. Acho extremamente arrogante, desrespeitoso com o servidor, com as pessoas que se organizaram para falar, sem saber o que elas vão dizer, fazendo uma defesa patrocinada

de algo que sequer sabe que será dito. Só sabe o que será dito porque já conhece a realidade da Cassems e a insatisfação da grande maioria dos servidores. Eu me lembro que a política viveu uma época em que não existia a rede social, ou que a rede social não trazia sequer parlamentares para cá. E as pesquisas de opinião mostravam governadores com 90% de aprovação; prefeitos, todos. E era impressionante! A hora que se chamava a população para votar, para comparecer às urnas, viam uma derrocada, viam uma debandada, viam uma surpresa: "Foi a onda! Foi a revolta! Foi fulano que ficou contra nós, e por isso não veio o resultado." O resultado não veio porque não houve entrega de serviços de qualidade para a população. É isso que tem acontecido. Agora é muito fácil o orador que nos antecedeu e que tem um vasto conhecimento de como funciona a publicidade no Estado de Mato Grosso do Sul, as campanhas de publicidade em especial, esquece que a Cassems tinha uma verba de publicidade de 5 milhões de reais todos os anos, quer dizer mais de 50 milhões gastos nos últimos dez anos, só com publicidade, para financiar jornais, para financiar veículos de comunicação, para contratar pesquisas, para ter a capacidade de direcionar as pesquisas a quem quer que seja, já que houve um ataque hacker no seu servidor. Eu quero debater com você, servidor que está nos assistindo em casa, você que tem visto o descredenciamento dos profissionais de saúde, você que quer fazer uma cirurgia, e o seu médico vira e fala: "Olha, a Cassems não pagou o fornecedor de prótese; nós não temos como realizar a cirurgia." O médico que você escolheu quer te atender por compaixão e vínculo, uma vez que já havia uma relação de confiança, tal como o advogado e seu cliente bem como o religioso e seu fiel, e esse profissional te atende por misericórdia e diz: "Estou esperando receber da Cassems." Nós tivemos que vir aqui na tribuna desta Casa dizer que todas as cirurgias estavam em vias de serem canceladas, paralisadas, porque o serviço de anestesia de todas estava com parcela comprometida, não paga, com glosas em aberto desde 2021. Esta Casa fez um aporte extraordinário de 60 milhões de reais, para que a Cassems pudesse estar em dia com esses profissionais. E nós estamos aqui em 2025. É de uma petulância e de uma arrogância sem precedente dizer: "Vá embora, descontente!", quando, na verdade, o que o descontente quer é exercer um direito legítimo do seu estatuto social. Este salão está vazio em quase todas as sessões, apesar de a gente investir, apesar de haver um projeto de ampliação do Plenário, pelo qual a mídia já nos critica porque serão gastos 100 milhões de reais. E quando enche, diz: "Vá embora, descontente!". Porque sabe que esse é o nome daquele grupo descontente com a administração do senhor Ricardo Ayache. Percebam que a pesquisa de opinião deve ser auditada, como toda pesquisa deveria. Eu acredito que seria muito bom se esta Casa aprovasse um projeto de lei que obrigasse os institutos de pesquisa a filmar e gravar toda a entrevista, com o nome, o telefone, o CPF da pessoa, não para ser exposto, mas para que seja auditado pelo próprio Estado, para que a gente pudesse checar esse número. Senhor presidente, quando houve uma oportunidade de os manifestantes votarem contra todos os desmandos que estão acontecendo na Cassems, no mesmo lugar em que o governador escolheu para tomar posse, faltou convite de puxa-saco. Sem dinheiro, sem nenhum apoio do Estado, as pessoas se deslocaram de todos os municípios, de todos os cantos, e a Polícia Militar do Estado, o Comando-Geral, teve que intervir e dizer: "Não cabem mais pessoas!" E você sabe o que fez o presidente daquela instituição? Não sei se ele desligou o ar condicionado, mas eu sei que estava quente. E eu sei ele que proibiu as pessoas de

entrar com comida, entrar com água, e eu tenho isso filmado se alguém quiser ver, enquanto lá dentro não era servido nada, isso tudo para que as pessoas fossem embora. Uma assembleia que normalmente duraria uma, duas horas, foi até a noite. Lembro-me de senhores que estavam sentados, no calor, suados, querendo suas respostas. Sabe qual foi, presidente? Vetaram todas as proposições que foram apresentadas naquela assembleia como uma clara resposta de "Chega!". Essa foi a melhor pesquisa que já houve na história da Cassems. Foi um ato de covardia fazer uma assembleia on-line. Por que, senhor presidente? Por que, senhor primeiro-secretário? O que põe medo naqueles que dirigem os recursos públicos como se fossem seus, para fazerem negociatas, para ficarem ricos, para comprarem avião, para comprarem fazendas, para comprarem aeronaves? Eles têm medo do povo, têm medo do povo nas ruas, senhor presidente. Por isso fizeram uma assembleia on-line, publicada em quinze dias, na qual duas mil pessoas se cadastraram, e acho que mil pessoas votaram; setecentas votaram contra, e mais de mil, apesar de cadastradas, não conseguiram manifestar o voto, num sistema que sequer foi aprovado pela Assembleia, ou autorizada a exceção. Senhor primeiro-secretário, repense sua fala. Deputado Hashioka, deputado Zeca do PT, Vossas Excelências, que manifestaram a sua irrisignação logo no dia de posse, sobre a necessidade de mudança na Cassems, peço que Vossas Excelências repensem, pois foi a primeira vez na história que a Cassems fez uma assembleia on-line, pois ficou com medo do resultado, do povo auditar e reprovar as contas de mais de um bilhão de reais que o Estado repassa para Cassems. Tem um ponto em que todo mundo, às vezes, se perde e alguns me criticam. A Cassems é o melhor plano de saúde do Estado, porque ela tem obrigação de ser o melhor plano de saúde do Brasil, ou do mundo, já que não há inadimplência. A não ser que o Estado de Mato Grosso do Sul não esteja repassando a complementação financeira, e diz que repassa, desconta dos servidores e dá calote em quem dá calote nos profissionais de saúde, médicos e fornecedores. É descontado dos servidores algo em torno de oitocentos milhões de reais por ano, e o Estado complementa, paga no lugar dos servidores que aderem à Cassems, senhor presidente, quase quinhentos milhões de reais. Que plano em Mato Grosso do Sul recebe quinhentos milhões de reais do Estado para atender somente uma categoria? Não existe. Deveria esse serviço ser melhor, senhor presidente, senhor primeiro-secretário, do que qualquer outro. Pergunto: se é tão bom, qual plano de saúde Vossa Excelência contrata? Por que os maiores salários estão saindo da Cassems? Porque está em percentual, e quem tem um alto salário às vezes começa a pensar... "Olha, apesar de eu pagar esse valor, eu não recebo retorno condizente." Mas tem pessoas que não podem sair. Então, é muito fácil dizer "Não reclame! Aceite isso mesmo sem reclamar. Se for para reclamar, é o que tem para vocês." Para que existe Assembleia Legislativa, senão para reivindicar melhores condições para quem não pode sair do serviço que o Estado entrega? Nós estamos aqui para entregar a essas pessoas o melhor. Nós estamos aqui para ouvir essas pessoas, gostando delas ou não. "Ah, mas eu quero ouvir o vereador tal, o prefeito tal, o líder tal, que me chegou com várias reivindicações." Quantas vezes a gente para e os atende? Atende por quê? Porque vai dar voto. Por que é mais importante ouvir essas pessoas? Não. É importante entendermos que tudo mudou com as redes sociais, onde as pessoas expõem as suas demandas; é rápido, é veloz, é exigente. É importante entendermos que houve um mundo dentro da Cassems construído sem nenhum tipo de

auditoria. Agora, contratou-se a KPMG, uma Big Four. Por que será que foi contratada uma Big Four? Será que foi contratada para regularizar muita coisa irregular lá dentro, ou será que também foi contratada, senhor presidente, para melhorar os balancetes, os lançamentos e otimizar serviços? Porque nós criticamos a existência de uma auditoria forjada com uma empresa, por todos esses anos de administração do Ricardo Ayache, que apenas trocava o nome do CNPJ, mas com os mesmos sócios. Eram as pessoas que auditavam as finanças do senhor Ricardo Ayache. Agora pergunto a Vossas Excelências, deputado Junior Mochi: se esse grupo não estivesse cobrando uma auditoria de qualidade, teria sido contratada a KPMG? Não teria. Se bem que nós não podemos falar muita coisa dela também, uma vez que as Lojas Americanas depõem em contrário à capacidade de "auditabilidade". Mas a grande questão é que, quando você tem uma oposição e ela é respeitada, como eu sou respeitado pelo presidente Gerson Claro... Muitas vezes, deputada Lia, quando Vossa Excelência não estava aqui, eu fazia oposição, mas não era entendido, não era ouvido, era interrompido, era tido como uma coisa antipática. Hoje, o deputado Gerson Claro fala na rádio várias vezes: "Na Assembleia Legislativa tem uma voz solitária do deputado João Henrique Catan, estridente, que cobra, que fiscaliza, e muitas das vezes ouvi-lo faz com que a gente tome melhores decisões.". É o que peço a esse grupo: "Se Vossas Excelências saem, bebem whisky ou vinho com o presidente da Cassems, parabéns, façam a sua defesa; mas lembrem-se do que os trouxe aqui: o devido processo legal. Ninguém aqui, senhor presidente, está isento de uma cobrança de sua ficha pessoal criminal para fazer uma fala. Quantas vezes, as pessoas são absolvidas e sobem ali naquele microfone, dizem-se perseguidas e vem as suas assessorias e as aplaudem. "Fui perseguido! Fui absolvido!" É natural, faz parte do jogo político e democrático, ouvir o povo e respeitar o maior de todos os princípios. Hoje, senhor presidente, tem um projeto do Governo ao qual eu tenho certeza que o orador que me antecedeu aqui vai votar favorável. É o projeto do Governo que estabelece regras processuais em matéria fiscal na Administração Pública com relação a lançamento tributário, e todas essas regras são fundadas, senhor presidente, com base em um dos maiores princípios da democracia brasileira, que é o princípio do amplo e devido respeito ao contraditório e que hoje não foi estabelecido nesta Casa. Eu fui obrigado a fazer a defesa de pessoas que sequer vieram aqui dizer o que pensam. Então, nós estamos aqui na tribuna para restabelecer todos os princípios em respeito a todas as pessoas que aqui falaram. Em todos os anos que eu estive nesta Casa, sequer uma vez vi alguém fazer uma intimidação, uma crítica, um ataque, uma ameaça, uma chacota contra alguma associação, algum instituto democraticamente trazido e votado nesta Casa para fazer suas considerações. Então, por favor, respeitem o grupo dos descontentes com a Cassems. Para encerrar, quero que os parlamentares comecem, deputado Lidio Lopes, a fazer algumas avaliações. A Cassems recebe esses quatrocentos e setenta milhões, praticamente quinhentos milhões, como complemento pago pelo Estado, mais os oitocentos milhões referentes à contribuição dos servidores, descontados diretamente da sua folha. Entregam como serviço setecentos leitos no estado. Quatrocentos e poucos milhões para setecentos leitos. A Santa Casa, que está pedindo socorro, entrega setecentos leitos na Capital, recebe a demanda de alta complexidade do interior e não recebe nada perto disso. Acho que a contribuição do Estado é em torno de nove milhões de reais por mês, para entregar setecentos leitos na Capital e absorver 50% de toda a

demanda. Então façamos aqui as nossas reflexões, levemos em consideração a contribuição do Estado e aquilo que os servidores querem que evolua para que possamos entregar dentro da Cassems um serviço de melhor qualidade, digno. Que não tenhamos ali empresas forjadas, para não dizer fraudadas, senhor presidente, que receberam contratos com menos de meses da confecção do seu contrato social, dos seus atos constitutivos, sem saber se tais instituições iriam dar conta do contrato, deputado Roberto Hashioka. Deputado Junior Mochi, Vossa Excelência já tratou de uma situação similar ao que nós começamos. Nós começamos a investigar a Cassems pelas denúncias dos servidores, como Vossa Excelência começou a investigar a CCR pelas denúncias dos usuários. A CCR fez tudo que fez contra o trabalho de Vossa Excelência e teve que mudar o nome para Motiva, para ver esse algo motivava o usuário que corre risco todos os dias naquela rodovia, então intitulada "a rodovia da morte". Nós começamos a investigar pagamentos atrasados a dentistas da Suda Odontologia, que faliu e deu trabalho para o estado do Paraná e hoje mudou o nome para Viventeris. O atraso continua, mas o nome mudou. Então começemos a enxergar os sinais, colegas parlamentares: onde há fumaça, há fogo e há pessoas que já se queimaram. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda continuamos no Grande Expediente. Como o nobre deputado João Henrique falou sobre o respeito desta Casa por uma associação, quero dizer para o deputado e para todos que estão nos ouvindo que o respeito desta Casa é demonstrado quando o deputado João Henrique, dentro do Regimento Interno, apresenta um requerimento, os deputados o apreciam e aprovam o uso da tribuna pelo senhor Jeder Fabiano da Silva Bruno, presidente da Associação dos Beneficiários da Cassems, para expor o seu ponto de vista hoje aqui nesta Casa. Não houve nenhum deputado que foi contra ou que pediu para retirar de pauta, que pediu vista, respeitando o direito à manifestação, dentro do que nós sempre falamos, com respeito, sabendo que tem opinião divergente. Isto é o Parlamento. Então, nós vamos ouvir o senhor Jeder, que vai expor a sua opinião sobre a situação e o que ele pensa da Cassems, sabendo que tanto ele quanto nós podemos e até temos obrigação de pensar diferente, porque isso é a essência do Parlamento. Parabéns ao deputado João Henrique também por trazer este assunto a esta Casa. Não tem problema nenhum nós debatermos, mas ninguém pode fazer o outro pensar, na marra, de forma diferente. Vai ser dentro do espírito da democracia, que é a essência desta Casa. Ainda temos quinze minutos. Deputados que não falaram ainda... Encerrado o Grande Expediente. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e quatro deputados e deputadas presentes, há quórum para deliberação das matérias pautadas para esta Sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**. Registramos e agradecemos a presença do senhor Caldi Filho, vereador do município de Mundo Novo; do senhor Bruno Barros, vereador do município de Maracaju; do senhor Claudemir Batista da Rocha, vereador do

município de Ivinhema; do senhor Gelso Guimaraes, Gelsinho, vereador do município de Bandeirantes; e do senhor Lucas Toné, vereador do município de Jaraguari. Obrigado pela presença aqui no Plenário. Senhores deputados, nós temos um bloco de projetos, de 1 a 20 projetos de resolução de comendas e títulos, que serão entregues no dia 28 de outubro, em homenagem aos cidadãos sul-mato-grossenses. De 1 a 20, eu consulto os deputados. Item 2... O deputado Lucas de Lima está presente? A Mesa irá retirar de pauta o projeto de quem não estiver presente. O deputado Lucas de Lima está presente; estava dando entrevista. O deputado Renato Câmara está presente? Última chamada. Vamos colocar em votação em bloco, conforme solicitação aprovada pela Casa, os projetos de resolução constantes nos Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, 16, 17, 18, 19 e 20. Foram retirados de pauta os Itens 13, 14 e 15, pois são referentes a três projetos do deputado Renato Câmara, que está ausente. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação em bloco 17 projetos de resolução referentes a comendas.

Projetos de Resolução nºs 062, 070, 074, 092, 100, 112, 134, 119, 081, 053, 084, 087, 094, 120, 122, 132 e 133/2025, de autoria dos deputados Professor Rinaldo, Lucas de Lima, Mara Caseiro, Paulo Corrêa, Lia Nogueira, Lidio Lopes, Gleice Jane, Marcio Fernandes, Gerson Claro, Pedrossian Neto, Pedro Kemp e Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicano) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovados os Itens 1 a 20, com exceção dos itens 13, 14 e 15. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Édison Cláudio Fabian Holzmann, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Celso Ribeiro Abrantes, de autoria do deputado Lucas de Lima. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Leocir Paulo Montagna, de autoria da deputada Mara Caseiro. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Pedro Muffato, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Márcio Campos Monteiro, de autoria da deputada Lia Nogueira. Aprovado o projeto

que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Elias Longo, de autoria do deputado Lidio Lopes. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Willian Girassol, de autoria da deputada Gleice Jane. Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Luiz Luciano Lopes Filho, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Tiago Tavares Carbonaro, de autoria do deputado Gerson Claro. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Cleber Dias da Silva, de autoria da deputada Mara Caseiro. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Guto Dobes Filho, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Getúlio Siqueira dos Santos, de autoria do deputado Pedro Kemp. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Maria Leny Adania de Sylos, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao senhor Weliton da Silva Guimarães, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Gisele de Almeida Serra Barbosa, de autoria do deputado Lidio Lopes. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao Pastor José Roberto de Oliveira Chagas, de autoria da deputada Gleice Jane. Aprovado o projeto que concede a Comenda do Mérito Legislativo ao coronel Ezequiel Martins dos Santos, de autoria da deputada Gleice Jane. Item 21. O deputado Zé Teixeira está presente? Retirado de pauta o Item 21. Item 22. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 194/2025. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre normas gerais de processo administrativo e de procedimentos em matéria processual, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk...

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Estou presente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — ... A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 194/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT). **DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Deputado Zé Teixeira está no Plenário, então vamos votar o Item 21. Projeto de Lei nº 208/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Declara de utilidade pública estadual a Associação da União dos Moradores de Montese, com sede no município de Itaporã." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 208/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um
votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.
Item 23. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 094/2025.
Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre o reconhecimento da prática esportiva do
airsoft e do paintball, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelece normas para
sua prática, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação
emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 02,
tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado
Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para prestar esclarecimento.
Trata-se de um esporte que tem cerca de três mil praticantes em Mato Grosso do Sul
inscritos, já praticando esse esporte, e ele já é reconhecido em vários estados da

Federação. Portanto, a pedido do grupo que pratica o airsoft e o paintball, estamos propondo um projeto de reconhecimento como esporte, assim como já acontece em vários outros estados da Federação e considerando o volume de praticantes desse esporte em Mato Grosso do Sul, justifico a proposição deste projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...
Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 094/2025, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 24. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 222/2025. Autor: deputado Renato Câmara, em coautoria com o deputado Caravina. "Inclui o evento 'Viva Quebracho' no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só para ilustrar, senhor presidente, quebracho vem do Tupi-Guarani quiebra-hacha, que significa quebra machado. Quebracho é uma árvore centenária da qual se extraía o tanino, durante muito tempo em larga escala para exportação para os países europeus, principalmente para a Inglaterra, para fazer curtume de couro e outras coisas. Lá em Porto Murtinho, na pequena Murtinho, tinha duas fábricas de quebracho. Como não houve nenhuma política de replantio, acabaram se exaurindo, e as duas fábricas foram fechadas. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 00222/2025, de autoria do deputado Renato Câmara e coautoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado pela explicação. Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 25. Em votação simbólica. "Três requerimentos, dezessete indicações e quatro moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Magali Jeanete de Souza Carvalho. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Esta presidência convida o deputado João Henrique para vir até a mesa. Suspendemos a Sessão para convidar o senhor Jeder Fabiano da Silva. Aguarde só um minutinho, presidente da associação, somente para mantermos aqui a ordem. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa, que será acompanhado aqui pelo deputado João Henrique. Lembrando que o senhor disporá de quinze minutos e que não poderá se desviar do tema aprovado para esta fala. Esta Casa dará o devido respeito a sua fala, que será registrada, e qualquer deputado poderá, do gabinete, do plenário virtual ou aqui presente, se assim entender melhor, fazer a manifestação ao final. Com a palavra, o senhor Jeder Fabiano.

SENHOR JEDER FABIANO DA SILVA BRUNO (presidente da Abecams) — Senhoras e senhores, presidente, Mesa Diretora, senhores deputados e senhoras deputadas, bom dia. Agradeço a presença de todos aqui. Quero iniciar fazendo uma breve correção na fala de quem me antecedeu nesta tribuna, na qual falaram sobre um líder, e esse líder teria sua ficha corrida. Eu só peço, senhoras e senhores, a todos os presentes que, quando trouxerem sua ficha corrida, falem das mais de cem bocas de fumo estouradas em Dourados por ele. Falem também dos mais de setenta e nove elogios em ficha que ele tem. Falem das duas moções da Câmara de Vereadores de Dourados por bons serviços prestados. Falem também da moção de congratulação desta Casa pelos bons serviços prestados por este policial. Que façam isso: tragam a ficha corrida, mas tragam também a ficha dos bons serviços prestados por este. Senhoras e senhores, hoje é a minha voz que fala, mas ela não é uníssonas. É uma voz de dezenas de milhares, quiçá de centenas de milhares. Por dias venho preparando este discurso para termos foco, para mantermos o devido assunto, o devido o tema, e isto será feito, mas sem a necessidade de tê-lo por escrito. Porque quando o beneficiário está lá na porta do hospital, da clínica, do consultório,

ele sente na carne. Porque é difícil saber... e falo do meu mundo como funcionário público e também como policial militar. Inclusive, tenho aqui o nobre deputado Coronel David, que foi meu comandante e sabe da minha história; se querem saber da história do sargento Bruno Dourados, perguntem para ele. E saber que você tem um irmão de farda, e agora entrando no mundo da Cassems, e que esse policial liga para mim, desesperado, querendo saber como ele vai fazer para realizar a cirurgia dele, porque próximo ao momento da cirurgia não havia insumo, já que a Cassems não pagou o fornecedor... Eu quero que digam que isso é mentira. E tem mais: é difícil ficar sabendo que o pai de outro policial, de um subtenente também de Dourados, que tem um irmão aqui em Campo Grande, precisando de *home care*, tem que entrar nas vias judiciais para ter o direito à vida, previsto na Constituição. E ele paga por esse direito. Pior ainda, senhoras e senhores, é saber que o presidente da Caixa Assistencial, alheio a essas informações, prefere gastar os seus milhões com publicidade, enquanto tem um pai precisando ter o direito de viver. É difícil também, senhoras e senhores, chegarmos aqui e nos mantermos posturados, não deixarmos a nossa emoção tomar conta. Mas confesso que estou num turbilhão de emoções... Quando eu passei por ali, por um curto momento eu me senti como Daniel [o orador faz menção à Bíblia]. Mas eu continuo, pois sei que Daniel entrou e saiu. E digo mais, senhoras e senhores, é difícil ver uma mãe como a senhora Gisele, que viu sua filha definhando a caminho da morte, sem nada poder fazer, pedindo socorro à Caixa Assistencial. É difícil saber que o Bruno está no mesmo caminho, precisando do mesmo socorro; e se não fosse por intermédio da Abecams, criada há poucos dias, não tivesse feito barulho como muitos dizem, ela teria passado despercebida. Mas tiveram o disparate de atendê-la, gravarem-na e manipularem as informações que ela havia dado em vídeo. É tão engraçado isso, senhoras e senhores. Muitas pessoas ventilam que existe uma linha política querendo tomar a Cassems. Não, gente! A Cassems não tem nada político. A Cassems não tem esquerda, não tem direita, não tem centro, ela tem isenção, nobre deputado Pedro Kemp, ela tem servidor. O mesmo real descontado do bolso do servidor da esquerda é o do da direita, é o do centrão e do isentão. É o mesmo. Não tem lado. Não é fácil para o funcionário público estadual ver que ele precisa ser ouvido e não consegue. Porém, em passo paralelo, nós vimos o presidente da Caixa de Assistência Social, em fala inadmissível, dizer que "...se não está contente, saia". Não, não funciona assim. Minha casa tem goteira. O que eu faço com ela? Conserto ou abandono? Minha casa quebrou o telhado. O que eu faço com ela? Conserto ou abandono? Consertar. Mas as pessoas acabam não aceitando isso. São tantos e tantos casos. Vamos dar um exemplo: até hoje ninguém explicou o que aconteceu com o Hospital do Coração, aqui em Campo Grande. Ele foi descredenciado por desacordo, por quebra de contrato ou por falta de pagamento? É difícil. Logo de manhã, pela madrugada, confesso, senhoras e senhores, estava com uma grande preocupação de vir aqui, para saber o que eu ia falar. E não estou usando de discurso escrito. Sabe por quê? Porque a verdade não precisa ser escrita, ela tem que ser dita. Escreve-se para corroborar aquilo que foi dito. Digo mais, nobre deputado, é difícil você ouvir que o prefeito da capital de Mato Grosso tem um bilhão e quinhentos milhões de reais para prover a saúde de sua população; estamos falando de setecentas mil pessoas. É difícil saber que a segunda maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul tem por provisão local um bilhão e cem milhões de reais, o que é menor do que a da Cassems. A Cassems no último ano teve a sua receita em um

bilhão e trezentos milhões de reais. É difícil nós falarmos aqui, senhoras e senhores, e não nos emocionarmos, mas eu, na postura de militar que aprendi a ter, pelos elogios que eu carrego em ficha e pelas mais de cem bocas de fumo que eu estourei naquela cidade de Dourados, me mantenho em pé, porque assim é o jogo. Se nós temos um jogo das palavras, vamos trabalhar com a verdade e a não verdade. É difícil, senhoras e senhores, saber que um funcionário da Cassems liga para a gente e pede: "Pelo amor de Deus, faça alguma coisa, porque essa OS que está assumindo a Cassems é dúbia." Eu não tenho esse poder para intervir, mas eu tenho poder para pedir o apoio de vocês, de todas Vossas Excelências, mesmo àqueles que não concordam, aqueles que dizem que a Cassems está bem. É muito difícil acreditar que, porventura, algum deputado ou parente de deputado vá chegar à Cassems e ser maltratado. Isso é impossível! Sabe por que, senhoras e senhores? Desculpe o termo, mas a chicotada que ele vai tomar se, porventura, for um mal profissional é gigantesca. Digo mais, nobres deputados: a nossa luta não é contra o Estado; pelo contrário, estamos aqui pedindo ajuda, pedindo por favor. A nossa luta não é contra os funcionários que, apesar de ficarem quietinhos, em alguns meses tiveram pagamento atrasado. Existiram momentos em que eles foram obrigados a entrar dentro de um banco, que nem banco é, pois, conforme previsto em estatuto, não se deve levar em consideração o interesse de lucro na Cassems. É difícil, senhores, mas eu digo mais... Estou cuidando do meu tempo, mas é muita coisa; se tivesse uma hora para falar aqui, seria uma hora de apontamentos. Estamos lutando para trazer à luz do conhecimento o que está acontecendo, porque como diz a frase: onde há realmente fumaça, ou fogo acendeu ou está se apagando, ou daqui a pouco vira uma labareda e para parar é difícil. Existe uma caixa de engrenagens montadas. Eu vou ser rápido nisso. Uma empresa para cuidar dos funcionários, uma empresa para auditoria e um banco. Para bom entendedor, um pinguinho é uma letra. Senhores, eu gostaria de pedir a Vossas Excelências, até para aqueles que acreditam que a Cassems está bem, como Vossa Excelência, deputado Junior Mochi, pessoa esclarecida, cujo trabalho acompanho há muitos e muitos anos, que vocês que acreditam que a Cassems está bem, acompanhem o nosso pedido. Porque o presidente da Cassems vem aqui e tudo consegue. Nós estamos vindo hoje fazer um pedido e é um só. Concedam-nos este pedido, senhores deputados. Existe, sim, o compromisso desta Casa junto à administração da Cassems; existe e está previsto no estatuto. Eu digo, senhoras e senhores, por favor, os senhores que acreditam que a Cassems está bem, coloquem à prova e assinem o requerimento da CPI. Se aqueles que acreditam o fizerem, senhoras e senhores, definitivamente cessar a nossa fala e acabarão os borbulhos, caso lá esteja da forma como acreditam que está. Cada qual no seu ofício, no seu labor, na sua secretaria, ganha a sua carga de experiência; e a minha carga de experiência foi na polícia. E volto a dizer: tragam a ficha, mas tragam a ficha inteira dos dois lados e façam o devido juízo de valor. Se porventura não querem, senhoras e senhores, criar esta CPI, que se faça uma comissão independente auditora e que entre lá dentro, já que a gente não consegue entrar. O presidente da Caixa Assistencial não respeita os nossos abaixo-assinados. Há 3.500 assinaturas e o presidente da Caixa Assistencial sequer fez o favor de responder. Ele disse e nós temos guardado: "CPF não fala com CNPJ". Beleza! Nasceu um CNPJ e fizemos outro abaixo-assinado com quase 2.400 assinaturas, das quais nós temos a obrigação de apresentar apenas 700. E este fez o quê? Veio e oficiou que não faria a devida assembleia.

Eu chamo isso de medo, porque no dia 10 de dezembro de 2024, aconteceu a maior assembleia-geral extraordinária que ocorreu na Cassems. Eu queria que ele tivesse feito a sua pesquisa lá. Eu sei onde vão parar esses 90%. Eu tenho certeza disso, porque nós fizemos várias pesquisas dentro de grupo de WhatsApp, Instagram, com pessoas, com ligações telefônicas, e vimos que esses 83% que sempre aparecem são invertidos. Mas o jogo dos números deles é assim. A gente não se importa com isso. Por favor, senhores deputados, abram essa CPI. E o voto que eu estou pedindo é para aqueles que acreditam que a Cassems está bem. Abram! Abram essa CPI! Encerrem a nossa luta! Acabem com esse movimento! Acabem com dezenas de grupos que a gente tem e que muitos acham que são só três, quatro grupos de WhatsApp. Aqui ó! Tem ali ó! Eu não vou conseguir agora, vou me emocionar. Ali está a senhora Maria Olga, de Mundo Novo, que chamamos aqui de nossa Rainha Elizabete. Eu preciso me firmar, senhores, porque para um policial, e o coronel sabe disso, essa postura, neste exato momento, é difícil de segurar. Ela saiu na noite de ontem e está aqui, senhores, e esse pedido de socorro não é meu, é dela. Por favor, encerrem-nos. Acabem com o nosso movimento. É simples, já que muitos dizem que a Abecams nasceu para ser uma oposição política. Eu estou vendo o que está acontecendo, mas muito do que eu sei eu não posso falar. Muito do que nós sabemos, não podemos falar. Mas existem notas fiscais. Existem entregas de produtos em algum lugar para alguém. Façam isso, senhores. Obrigado. Eu, como profissional de segurança pública, tenho que ser preparado para conter as minhas emoções, mas muitas vezes não dá. Desculpe, senhora Maria. Façam isso. Encerrem esse movimento aqui. Que muitos sabem o tamanho que esse movimento tem. Sabem! Eles sabem! Eles precisam encerrar esta luta. Mas não vão; ao menos enquanto não provarem que nós estamos errados. Provem que nós estamos errados! Afirmo, senhoras e senhores, aproveitando meus últimos 30 segundos. Viro minhas costas e vou para minha casa, contanto que provem que eu estou errado, com papéis, com números e com auditoria. Por favor, senhores, peço, imploro, e é o único pedido que nós vamos fazer. Não vamos voltar nesta Casa mais. Nós vamos tomar outros caminhos, sejam eles judiciais ou administrativos, mas vamos tomar outros caminhos. Mas, por favor, senhores, se vocês que acreditam que a Cassems está bem, façam a CPI. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — (11h19min) Encerrada a tribuna livre. Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h20min).